

A Plataforma Democrática e a “coesão social na democracia” na América Latina (2007-2017)

Diego Martins Dória Paulo¹

Resumo: O artigo se debruça sobre a construção de um modelo de democracia na América Latina desde 2007 pela chamada “Plataforma Democrática”, iniciativa do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dentre outros. Nas linhas que se seguem, discute-se o interesse empresarial subjacente ao projeto, bem como sua potencialidade de guiar reformas de Estados latino-americanos. A partir de um estudo de caso, o objetivo é entender melhor qual a relação existente entre as lutas de classes e a conformação dos aparelhos estatais e regimes políticos na região.

Palavras-chave: Democracia, Plataforma Democrática, Instituto Fernando Henrique Cardoso

The Democratic Platform and “social cohesion in democracy” in Latin America (2007-2017)

Abstract: The paper focuses on the construction of a model of democracy in Latin America since 2007, by the so-called “Plataforma Democrática”, an initiative of the Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) and the Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. In the following lines, the enterprise interest underlying the project is discussed, as well as its potential to guide state reforms in Latin America. In this way, is possible to understand the relationship between class struggles and the transformation of state apparatus and political regimes in the region.

Keywords: Democracy, Plataforma Democrática, Instituto Fernando Henrique Cardoso

Artigo recebido em: 11/11/2020

Artigo aprovado para publicação em: 11/02/2020

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). O texto faz parte de pesquisa intitulada “O Instituto Fernando Henrique Cardoso e as contradições da democracia liberal”, financiada pelo CNPq. E-mail para contatos: Dmdpaulo@gmail.com.

A historiografia sobre a América Latina frequentemente se interessa pelos grandes processos que varrem o continente. Assim, proliferam estudos sobre a *fase* neoliberal, as ditaduras do século XX ou ainda sobre a assim chamada *onda rosa*. Estes ressaltam características mais ou menos comuns aos mais diversos países latino-americanos, dentre as quais as determinações externas e internas derivadas de relações sociais similares, na medida em que são marcadas pelo capitalismo dependente. No presente artigo, enfatizo uma das dimensões presentes no interior daquele grande conjunto de influências, a saber, a ação de uma organização classista – também chamada, em outro registro, de “*think tank*”. Trata-se de chamar atenção aqui à atuação da “Plataforma Democrática” e suas instituições fundadoras, destacadamente o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) e o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Com uma *missão* autoproclamada de “exportar” a democracia para a América Latina, essas associações têm se dedicado a estudar a realidade latino-americana por um prisma que possibilite a realização do seu objetivo, sendo um dos desdobramentos desse projeto inicial a promoção da “coesão social” no continente.

Antes de voltarmos nossa atenção especificamente ao objeto, convém uma pequena digressão sobre o conceito de Estado e a participação das lutas de classes na formação dos regimes políticos. Creio, por esse expediente, ser capaz de deixar clara a hipótese mais geral que orienta esta pesquisa: se os “*think tanks*” têm papel relevante na formação das políticas públicas, como parece ser o caso, eles não agem no vazio de expectativas societais e isentos de pressupostos ditos ideológicos – tampouco atuam em uma incruenta batalha das ideias em busca da adequada interpretação da razão universal. Em vez disso, tais organizações estão atravessadas por *missões sociais* distintas, radicadas nas lutas de classes que marcam a história do capitalismo e da América Latina. Assim, sua história é a história da luta pela imposição de um modelo de vida específico, que, claro está, não se encerra nos âmbitos de sua atuação, já que a contenda se desenrola também na materialidade do mundo produtivo. Todavia, encontra em sua atividade importante fronteira de disputa, ainda que parcial, por aquilo que no marxismo se chamou de *formação de consciências*.

Encontra-se, assim, a unidade do trabalho proposto: o modelo de democracia e o pressuposto de uma sociedade “coesa” deve ter relação com as lutas políticas travadas no continente, a partir daí ligando-se aos conflitos globais envolvendo o imperialismo e seus agentes. Estudar um tema concreto, a saber, o projeto de *coesão social na democracia*, tem estreita relação com a tentativa de se demonstrar a efetividade da análise teórica que abre o artigo. Ora, parece-nos claro que os regimes políticos se formam a partir das lutas de classe, sendo os ditos “*think tanks*” um dos vetores da contenda. Há, no entanto, que demonstrar como se dá o processo – sendo incontornável a análise concreta da situação concreta.

Lutas de classes, associações classistas e a formação de Estados

Em *O Estado, o poder, o socialismo*, Nicos Poulantzas propõe uma construção teórica sobre o Estado capitalista – e talvez sobre o Estado em geral. Em poucas palavras, poderíamos concluir que o Estado, para o *último* Poulantzas, seria a condensação material das lutas de classes em uma dada formação social. Assim sendo, seriam as disputas políticas as mais diretamente responsáveis pela construção não apenas da *ossatura estatal*, mas também de tudo que dela deriva – inclusive os regimes políticos e as formas de dominação, marcados pela crucial cisão entre trabalho manual e intelectual, esta, aliás, uma das condições de possibilidade do próprio Estado, que age reforçando aquela divisão (POULANTZAS, 1977).

As posições do *último Poulantzas* evidenciam a influência gramsciana em seu pensamento, notadamente no que toca à relação entre a sociedade civil e o “Estado”, aqui, se cotejada às hipóteses de outras obras do mesmo pensador, como *Poder político e classes sociais*, aparecendo muito mais combinada, à maneira do Estado integral do comunista sardo. A conjuntura política do pós-maio de 1968 também contribui para a reformulação de sua teorização sobre o poder político, fato que ele assume na introdução a *O Estado, o poder, o socialismo*. Estudiosos do pensamento poulantziano costumam também atribuir à experiência política grega marca indelével em sua produção teórica: clara sobretudo em obras como *Fascismo e ditadura* e *A crise das ditaduras*, quando

nosso autor se interessa por diferenciar “regimes de exceção” nas formas de dominação da burguesia – superando não só as posições que equalizavam *todas* as formas de dominação burguesa, mas também as que diferenciavam apenas ditadura e democracia, obscurecendo as variações existentes entre governos chamados autoritários (CODATO, 2008, p.65-85).

Entendemos que tais posições tornam possível a proposição de uma nova metodologia para o estudo dos Estados – principalmente dos Estados capitalistas. Ora, as lutas de classes, que derivam das relações sociais de produção, marcam a História das formações sociais na qual reina o modo de produção capitalista – sobretudo na construção de Estados, e não ao contrário. É partindo desse princípio que Poulantzas pode sugerir, em *Fascismo e ditadura* (1978, p. 65), os embates classistas conformam as instituições e as formas de dominação. Com efeito, o autor reconhece que essa perspectiva, aprofundada em *O Estado, o poder, o socialismo*, é uma novidade em relação às suas proposições anteriores – embora já fosse explorada por discussões no interior do Partido Comunista Francês, então empenhado na superação do “dogmatismo estalinista” difusor da “concepção instrumentalista do Estado-coisa” (POULANTZAS, 1977, p. 133-134). A questão agora era conceber o Estado como um campo atravessado pelas representações de classes – que lutam, inclusive, em sua *ossatura material*, conformando-a em compasso com a correlação de forças em uma dada sociedade.

Ao precisar algumas de minhas formulações anteriores, diria que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do “capital”, *como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado* (grifos do autor). (*Idem*, p. 130).

Dessa forma, sempre segundo o filósofo grego, têm-se condições de superar o eterno dilema que marcava a oposição entre os paradigmas “liberal” e “marxista clássico” de concepção do Estado: este não seria um *sujeito* como defendiam Hegel e Weber, que o postulavam como instância racional e racionalizadora, apartada da sociedade civil. Tampouco seria a *coisa*, o *instrumento* de uma “velha concepção” materialista que o considerava totalmente manipulável por uma única classe, como uma ferramenta

exclusivamente erguida para sua dominação. Assim, o Estado-relação seria uma premissa teórica superior por considerar a interação entre os representantes de diferentes classes no Estado, ainda que tal relação estivesse marcada pela subalternidade dos dominados. Mais: a própria luta de classes – presente e passada – desenha os limites do Estado e seus padrões de funcionamento, determinando, por meio de embates concretos e historicamente observáveis, sua forma e suas práticas em relação à reprodução da lógica social dominante. (POULANTZAS, 1977, p. 131).

Eis uma formulação teórica interessante para as pesquisas concretas dos historiadores! As formulações poulantzianas acerca do Estado-relação, assim, abrem campo de estudo para aqueles interessados em averiguar a constituição dos diferentes Estados capitalistas, relacionando-a às contradições do solo social. Se essa forma de interpretar o Estado não deve sua existência inteiramente às contribuições de Poulantzas, foi ele quem certamente chegou mais longe na constituição daquele objeto como um “aparelho especial”. Não se trata, portanto, de considera-lo mera *relação social*. Isso porque são mantidas em conjunto instituições que não perdem sua materialidade de aparelhos, com constituições históricas e disposições particulares nelas incorporadas, muitas vezes em forma de práticas rotineiras. Como novidade, porém, a tentativa de capturar sua genealogia sempre dinâmica, uma vez que sua construção e reconstrução constantes são resultados de lutas de classes com diferentes impactos na modulação da forma de dominação burguesa. Levando em conta tal operação, Poulantzas é capaz de sentenciar que a aparente tomada do Estado pela classe dominada não é o bastante para pôr fim à dominação burguesa, uma vez que os traços que aquele domínio deixa impressos na *ossatura* estatal fazem com que seja mantida certa autonomia em relação a quem detém a direção formal do Estado. Nesse sentido, o conjunto de instituições que o formam parece ganhar relativa vida própria a ponto de, ainda que limitadamente, ser capaz de funcionar por uma lógica intrínseca e historicamente determinada em relação ao governo da vez (*Idem*, p. 133). Do ponto de vista revolucionário, portanto, o que se deve fazer é agir no sentido de modificar a lógica funcional desses aparelhos, a fim de que, em algum

momento, eles passem a expressar a mudança na correlação de forças que já teria se dado ao nível das classes sociais – permitindo, inclusive, seu desaparecimento paulatino.

É este um dos motivos de nosso especial interesse nessa reflexão de Poulantzas. De acordo com o que entendemos, a particularidade das propostas da “última fase” desse autor reside não somente na concepção de um Estado-relação, mas na combinação entre a dinâmica da luta de classes presentes e passadas na constituição de um Estado que está permeado por aquelas relações. Temos aqui duas proposições diferentes, ambas fecundas: de um lado, entende-se o Estado como a *consolidação das correlações de força entre as classes sociais*, o que abre caminho para se verificar a relação direta entre o *grau de organização classista* e a *capacidade de influência nas políticas públicas*; por outro lado, temos a hipótese de inscrição das lutas de classes na *ossatura material do Estado* e nas *práticas e procedimentos* dos setores estatais, o que abre o campo de estudos das *tecnologias de gestão pública*, notadamente a relação de troca desses saberes entre diferentes setores das classes dominantes ao redor do globo. Posto isso, estou convicto de que Nicos Poulantzas torna possíveis estudos mais complexos sobre a internacionalização dos Estados. Com efeito, se as lutas de classes se tornam cada vez mais globais, também são internacionais as influências daqueles combates na constituição e conformação dos Estados. Interessa-nos mais detidamente, porém, as possibilidades de pesquisa sobre as interconexões das classes dominantes ao redor do globo e a influência da troca de informações pretensamente técnicas sobre gestão pública auxiliando na constante atualização de formas de dominação que assegurem a “estabilidade” e o “desenvolvimento” capitalistas, em um sentido fundamentalmente contrarrevolucionário. No caso deste artigo, interessar-me-á principalmente a questão da *coesão social*: espécie de rubrica técnica clássica do campo das ciências sociais que vem sendo recentemente reanimada na América Latina por meio do IFHC e da Plataforma Democrática, buscando pautar reformas nas instituições e nas tecnologias de gestão pública – ou, em outras palavras, buscando redesenhar a *ossatura material do Estado*, inclusive no que toca aos procedimentos de ação estatal.

Nossa reflexão, por conseguinte, dialoga com Poulantzas na medida em que, analisando a internacionalização do capital na década de 1970, o autor já então apontava a retração das “burguesias nacionais” frente às *burguesias internas*. Estas, ao contrário daquelas, consorciavam-se com burguesias imperialistas, à época notadamente estadunidenses, a fim de hegemonizar os blocos no poder em Estados capitalistas. Se o Estado nacional é o resultado das lutas de classes, certamente deve-se levar em conta aquela associação, que combina interesses endógenos e exógenos. Assim, ao contrário do fim dos Estados ou de seu esvanecimento frente ao despontar de um super-Estado – como queriam os adeptos da teoria do ultraimperialismo – a política contemporânea seria marcada por essa interconexão de burguesias internacionais e sua influência destacável na conformação das políticas públicas.

A internacionalização atual do capital não suprime e não abala os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica dos diversos capitais “por cima” dos Estados (...), nem no sentido de sua extinção sob o super-Estado americano. Mas essa internacionalização, por outro lado, afeta profundamente a política e as formas institucionais desses Estados pela sua inclusão em um sistema de interconexões, que não se limita de forma alguma a um jogo de pressões “exteriores” e “mútuas” entre Estados e capitais justapostos (POULANTZAS, 1976, p. 78).

Não teríamos, pois, na política interna, somente pressões imperiais externas a condicionar a ação dos Estados. O imperialismo, por conseguinte, reproduzir-se-ia também internamente pelo entrelaçamento de capitais externos com aquelas burguesias internas. Logo, temos que, se as classes sociais originam os Estados, a imbricação de capitais no bloco no poder constitui elemento significativo da forma de dominação que um Estado nacional assume – inclusive pela sua organização por meio de instituições que fazem o consórcio concreto das classes e frações de classes realmente existentes. É o caso da Plataforma Democrática.

Isso posto, convém indagar como efetivamente acontece a disputa pelo poder na concretude de uma formação social histórica – e como se expressa a influência das lutas de classes. Nesse ponto, recuperar Gramsci parece sumamente interessante. O marxista sardo amplia o conceito tradicional de Estado para incluir os *aparelhos privados de hegemonia* (*doravante APHs*) – *trincheiras* onde ocorrem as disputas pelo poder em uma

sociedade capitalista *ocidentalizada*. Os APHs são, pois, instituições que buscam organizar vontades coletivas com o fito de generalizar interesses de classes e frações classistas por eles representadas (GRAMSCI, 2014). Não se tratar de defender que os confrontos políticos ocorram somente nesses espaços, mas que neles se desenrola importante parte da batalha pela “direção intelectual” e política.

Posta a importância do entrelaçamento entre aqueles APHs e sociedade política – a forma com que Gramsci chamava o Estado no sentido restrito –, torna-se claro que, em um período histórico com intensa mundialização do capital e das classes dominantes, os aqueles aparelhos refletem tal realidade, reproduzindo também o consórcio das classes dominantes *internas* associadas às suas congêneres internacionais. Debruçando-se sobre o problema, René Dreifuss sugeriu a existência de uma *internacional capitalista*, devido à complexificação das associações burguesas desde, pelo menos, a década de 1910 (DREIFUSS, 1986). Essa “teia” seria composta por diversos níveis – com nós de atuação nacionais se conectando a agências internacionais, livres para o trânsito supranacional. Seguindo a senda de Dreifuss, Virgínia Fontes (2010) cunha a expressão *frentes móveis de ação internacional* para se referir a tais organizações burguesas de articulação interimperialista e de defesa da ordem do capital.

Essa articulação empírico-teórica é especialmente sugestiva para nossas pesquisas sobre a relação entre instâncias organizativas das classes dominantes na América Latina, notadamente a Plataforma Democrática, objeto que a partir de agora passa a reter mais nossas atenções. Ao nos debruçarmos sobre ele, observaremos como em uma situação histórica concreta as classes dominantes organizadas tentam pautar nosso futuro.

A “Plataforma Democrática” e as contrarrevoluções democráticas na América Latina

No dia 28 de novembro de 2012, na sede do IFHC, em São Paulo, Jorge Gerdau, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau, tomou a palavra em evento que debatia a “liderança do Brasil na América Latina”. O empresário tinha tempo reservado para versar sobre a integração latino-americana na perspectiva de um capitalista brasileiro. Iniciou sua fala demonstrando pesar. Uma preocupação em especial lhe tirava

o sono: sentia falta de previsibilidade política que permitisse planejar investimentos de longo prazo no continente. “Nos ramos que investimos”, arengou, “deveríamos planejar hoje nossos negócios de daqui a dez anos, mas não há estudos sobre integração regional em curso, não há meios de saber como estará a região tanto tempo à frente”.² O lamento do empresário transparecia a preocupação com a *insegurança e instabilidade políticas* na América Latina.

Gerdau falou em uma das conferências realizadas pela “Plataforma Democrática”, iniciativa do IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais cujo objetivo era “promover a democracia nos países da América Latina”.³ Criado em 2007, o projeto tem adquirido contornos robustos e um alcance cada vez maior. Já se articulando a mais de 30 instituições da América Latina, entre universidades, centros de pesquisas e as ditas Organizações Não-Governamentais (ONGs)⁴. Além de conferências presenciais, a iniciativa se insere na grande mídia latino-americana e em espaços literários. Já não é raro encontrar em grandes livrarias volumes estampados com o selo da “Plataforma”. O projeto ainda publica revistas científicas digitais, jornais e um curioso “Informe Cuba”, que acompanha a situação política na ilha da revolução.

Em números mais precisos, desde 2007, a organização já promoveu mais de cem eventos – entre palestras, entrevistas e debates. Os vídeos desses encontros estão disponíveis em sítios virtuais da iniciativa e das fundações parceiras. O endereço eletrônico da Plataforma Democrática também fornece acesso aos demais produtos

²O vídeo do debate está disponível no sítio eletrônico da iniciativa: <http://plataformademocratica.org/VideotecaPopup.aspx?IdRegistro=26&IdVideo=339>. (acessado em 29/06/2017, às 14:49).

³ <http://www.plataformademocratica.org/QuemSomos.aspx> (acessado em 20/09/2015 às 23:32).

⁴São elas: na Argentina, Universidad Torcuato di Tella, Universidad de San Andrés (MAPP e MAEP), Cadal, Cippec, Red de Acción Política, Universidad Nacional de San Martín (CESC e Ciedal); na Bolívia, Instituto para la Democracia; no Brasil, FGV Direito Rio, Fundação João Pinheiro, IETS, Ipespe, Viva Rio; no Chile, Cieplan, Universidad Diego Portales; na Colômbia, Universidad de los Andes (DCP e Ceper), Fundación del Rosario (CEPI), Fundación Seguridad y Democracia; Costa Rica: Secretaria General de Flacso; Equador: Programa de Estudios Políticos de Flacso; Guatemala: Universidad Rafael Landívar (Ingep), Doses; México: Cide, Itam, Unam (SCS), Fundación Ethos; Peru: Instituto de Estudios Peruanos, Cisepa; Escola de Gobierno de PUC; Uruguai: Instituto de Ciência Política; Venezuela: Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos.

vinculados à iniciativa. Assim, em pesquisa prévia, catalogou-se 4184 artigos de diversos autores disponíveis no *site*.

Ainda sobre o *corpus documental*, destaca-se uma versão em português do *Journal of Democracy*, publicação do *National Endowment for Democracy*, criado no governo Ronald Reagan para reunir defensores da democracia *pela* e *para* a iniciativa privada. Representando a “articulação estratégica entre o Estado norte-americano, os dois partidos dominantes, as empresas norte-americanas e a cúpula sindical”, o NED defende regimes políticos pautados pelos interesses do capital e pela rendição à influência estadunidense (MINELLA, 2010, p. 257-258). Segundo seu vice-presidente, a ideia é facilitar “o intercâmbio entre o setor privado e os grupos democráticos no exterior”, a fim de “encorajar o desenvolvimento democrático consistente com os interesses dos Estados Unidos”⁵. Agindo globalmente, o NED financia partidos, *think tanks*, ONGs etc. Nos anos 1990, financiou 1754 organizações, com o custo de 150 milhões de dólares (SCOTT, WALTERS, 2000, p. 243-244). No Brasil, vincula-se inclusive à Plataforma Democrática, que traduz suas publicações.

Nesse material, duas temáticas são centrais. A questão da democracia, clara já no título da iniciativa, é merecedora de ampla discussão dedicada a desenvolver um modelo de “coesão social” capaz de assegurar “estabilidade” e “desenvolvimento” – e que será tratado com mais atenção na última parte deste artigo. Outro interesse destacado é sobre o papel do Brasil na América Latina. A liderança do país na região é, ao mesmo tempo, debatida e projetada, inclusive com receituários para se avançar na questão.

Assim, por conferências, publicações e intervenções midiáticas, a Plataforma Democrática se espalha pela América Latina, levando sua mensagem a um número cada vez maior de pessoas. Tal constatação nos dá a dimensão de seu alcance, bem como sua inserção na arena política regional. Se lembrarmos a discussão sobre a formação de Estados feita acima, tais observações farão emergir ainda a potencialidade da Plataforma

⁵LOWE, David. *Idea to reality*. A brief history of the National Endowment for Democracy, p. 8 Disponível em: <http://www.ned.org/about/history> (acesso às 10:37 de 12 de julho de 2017).

Democrática na direção de políticas públicas e de reformas estatais, vistas como fiadoras da “estabilidade” e do “desenvolvimento” pretendidos.

Participando direta ou indiretamente da Plataforma Democrática figuram grandes empresários, políticos e profissionais das ciências humanas. No primeiro grupo, além do citado Jorge Gerdau, constam empresários de grupos como Votorantim, BRF, Itaú, Ambev, Natura, dentre outros, não coincidentemente grandes investidores na América Latina.⁶ Alguns desses conglomerados, como a Gerdau e a Natura, chegam a deter mais de 70% do seu capital investido nos países latino-americanos (FUNDAÇÃO DOM CABRAL, 2010, p. 10).

Entre os políticos estão principalmente Fernando Henrique Cardoso e outros filiados do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas também políticos de posição comparável no espectro político latino-americano, como Carlos Mesa, da Bolívia, Osvaldo Hurtado, do Equador. A última categoria listada, a dos profissionais das ciências humanas e sociais, é composta por gente como Demétrio Magnoli, Bernado Sörj, Sérgio Fausto, o próprio FHC, enfim, produtores de conteúdo científico de viés liberal ou conservador.

Tive o cuidado de não chamar o último grupo de “intelectuais”, preferindo, em vez disso, uma qualificação mais descritiva. Isso se deve à convicção de que todos os três tipos de quadros expostos são *intelectuais*, se não no sentido usado no senso comum, na ótica sugerida por Antônio Gramsci (GRAMSCI, [1932] 2014, p. 15-21). Dessa maneira, são operadores e organizadores da cultura, organicamente vinculados a uma classe social, que é favorecida pela visão de mundo que difundem. Nessa perspectiva teórica, portanto, são *intelectuais orgânicos, soldados de um bloco histórico* que articula interesses materiais e ideológicos – naturalizando, pois, projetos econômicos e sócio-políticos.

⁶ Os grupos mencionados ocupam o ranking das 20 empresas brasileiras mais internacionalizadas pela América Latina desde pelo menos 2007, ano de criação da Plataforma Democrática. Ver: SPOSITO, Eliseu; SANTOS, Leandro. *O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Nem todas essas diferentes personagens têm filiação direta à Plataforma Democrática ou às instituições que dirigem o projeto. Alguns grupos empresariais apoiam financeiramente o projeto, outros frequentam reuniões. Já os demais são membros de diversas outras organizações que participam dos eventos da Plataforma, convidadas a discutir os mais diversos temas sobre os quais se debruça a iniciativa. Em outras palavras, a Plataforma Democrática se liga a diversos APHs latino-americanos, estadunidenses e europeus, os quais celebram reuniões, compartilham palestras, divulgam livros e participam de programas de entrevista produzidos, tudo isso com o selo da iniciativa. No âmbito da iniciativa, assim, ocorre intenso intercâmbio de propostas e ideias sobre os “problemas” sociais, principalmente da América Latina, mas também do mundo.

O processo que anima essa troca tem ao menos dois sentidos. No primeiro, há uma evidente circulação do que se poderia chamar de tecnologias políticas – experiências que as classes dominantes adquirem nas lutas de classes locais e, por meio dos nós da Plataforma Democrática, circulam por todo o continente, com o claro fito de formar as burguesias latino-americanas com a experiência contrarrevolucionária de um continente cuja agudez das lutas é particularmente latente, dadas as condições do capitalismo dependente. No segundo movimento, há a afinação de interesses e visões de mundo entre os empresários latino-americanos, especialmente os brasileiros, e um determinado grupo de políticos profissionais do continente. Esse duplo movimento da Plataforma Democrática serve, dessa forma, tanto ao intercâmbio de táticas contrarrevolucionárias quanto à formação de políticos profissionais nos marcos da iniciativa. Em outras palavras, o projeto pode ser assim entendido como um consórcio burguês na América Latina – do qual o capitalismo brasileiro participa significativamente em posição destacada, dado seus interesses na região aqui citados. Ao mesmo passo que se aprofundam laços entre as classes dominantes latino-americanas e suas congêneres imperialistas, criam-se pontes com as sociedades políticas do continente, feitas pelos políticos profissionais que compartilham a visão de mundo elaborada coletivamente na Plataforma Democrática.

Posto isso, parece ganhar força a hipótese inicial de que a Plataforma Democrática sirva ao capitalismo na América Latina: dada a participação destacada de grandes

empresários brasileiros na iniciativa, talvez seja possível dizer que sirva aos capitalistas brasileiros em particular. Sugerimos, pois, que a Plataforma Democrática age na América Latina ao sabor dos interesses das frações de classe que a sustentam. Tentamos captar, dessa forma, a relação entre financiamento e participação do projeto e sua orientação política, acreditando que ambos os movimentos se afinem em uma direção similar – o que sustentaremos no último terço do artigo. Assim sendo, estaríamos diante de um exemplar do que Virgínia Fontes qualificou de frentes móveis de ação internacional, isto é, organizações burguesas transnacionais de defesa da ordem do capital, com o diferencial de ser uma iniciativa capaz de agir por meio de diferentes APHs, inclusive fazendo-os dialogar, como que ampliando suas coligações internas (FONTES, 2010, p. 112).

Na lógica dessa argumentação, a defesa das pautas burguesas se daria em diferentes níveis – congregando interesses gerais, mas também contemplando interesses particulares mais imediatos dos seus patrocinadores. Mas de que modo se apresenta concretamente essa intervenção? Ora, pela orientação de políticas públicas, função declaradamente assumida pelos *think tanks* que a sustentam e no *site* da própria iniciativa⁷, e pela formação de dirigentes e “gestores públicos”, daí a importância da participação de políticos profissionais. Dessa forma, busca-se conformar na América Latina Estados para o capital – inclusive o brasileiro - que assegurem a estabilidade política e o ambiente social propício ao desenvolvimento, atributos reclamados por Jorge Gerdau na conferência que abriu esta parte do artigo. Tal objetivo é alcançável por meio da formação de quadros para atuar nas ossaturas estatais das nações hospedeiras daqueles investimentos, implementando então as reformas defendidas pela Plataforma Democrática.

Tal observação conduz à relação entre capitalismo e democracia. Na primeira parte do artigo, debatemos a qualidade histórica da democracia, posto que ela é

⁷ Ver em: <http://www.ifhc.org.br/instituto/missao/>, <http://www.centroedelstein.org.br/QuemSomos.asp>, <http://www.ifhc.org.br/wp-content/uploads/apresentacoes/1869.pdf> (acessados em 02 de julho de 2017, às 09h01).

constituída pelas lutas de classes internas e externas, presentes e passadas. Nesse sentido, entendemos que a forma democrática defendida pela Plataforma Democrática é radicada também na troca de tecnologias contrarrevolucionárias pelas classes dominantes do continente – daí a importância da amplitude do diálogo. Renato Lemos, em ensaio instigante, propõe que a contrarrevolução preventiva permanente seria um atributo da burguesia brasileira. A Plataforma Democrática parece indicar que esse traço deixa de ser distintivo de brasilidade, passando a ser comum mesmo às classes dominantes do subcontinente (LEMOS, 2014, p. 71-86).

Reside aqui, portanto, a operacionalidade da teorização poulantziana e gramsciana sobre o Estado. Pautado em tal discussão prévia, este trabalho estaria, portanto, confrontando uma das agências de interconexão burguesa responsáveis por trocar orientações de políticas públicas, a fim de conformar Estados para o capital. Assim como aprendem com as experiências políticas de suas congêneres latino-americanas, frações da burguesia no Brasil exportam, por meio de organizações como a Plataforma Democrática, as experiências políticas aprendidas com as lutas de classes nacionais a fim de assegurar lá fora o solo social necessário para a reprodução do capitalismo – a desejada “estabilidade” necessária para o “desenvolvimento”. Não sem razão, uma das táticas de ação da iniciativa é a busca pela chamada *coesão social*, que agora passa a nos interessar.

A coesão social na democracia:

A assim chamada *coesão social* é um tema caro à Plataforma Democrática e às instituições que a dirigem, sendo essa importância revelada pelo tempo e espaço dedicados à questão: no *site* da iniciativa, um dossiê correspondente ao tema conta com 24 artigos. O número ganha eloquência quando comparado à atenção dispensada a outras questões vistas como interessantes⁸. O dossiê sobre meios de comunicação e democracia, por exemplo, é composto por 9 textos, enquanto a coleção dedicada a pensar o papel do

⁸ Dados retirados de consulta ao site: <http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial> (acessado em 14 de junho de 2017).

Brasil na América do Sul, 8. O que mais se aproxima do destaque dado ao problema é o acervo sobre as dinâmicas geopolíticas latino-americanas, que mesmo assim tem significativamente menos artigos: apenas 11. Poderia acrescentar que o debate sobre o tema, realizado na sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, foi um dos primeiros eventos públicos da Plataforma Democrática, do que se depreende tanto a relevância quanto a urgência da questão para seus dirigentes.

Esse comentário introdutório serve para evidenciar a extensão das interpretações sobre o tema nos marcos da iniciativa, do que se conclui que a presente reflexão padecerá de diversos limites, principalmente da restrição de espaço. Assim, decidi me dedicar mais detalhadamente a um dos tantos documentos produzidos sobre o assunto, a saber, o livro editado por Bernardo Sörj e Danilo Martuccelli (2008). Ainda assim, o esforço de análise deste material específico está longe de ser exaustivo, dada sua amplitude.

Nas páginas de *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*, somos informados de que o conceito de “coesão social” foi “elaborado pela União Europeia” a partir de 1990 em um sentido “normativo-evocativo”, isto é, “que busca definir um horizonte desejável para a sociedade” (SÖRJ E MARTUCCELLI, 2008, p. 287), que se converteria em realidade ao fundamentar políticas públicas. Para os autores,

O conceito de coesão social é definido como “the capacity of a society to ensure the welfare of all its members, minimizing and avoiding polarization. A cohesive society is a mutually supportive community of free individuals pursuing these common goals by democratic means”⁹. (*Idem, ibidem*).

É tendo esse horizonte de expectativa que os autores do documento proclamam a necessidade de uma forma de sociabilidade que absorva os conflitos nos limites da ordem. Em outras palavras, uma sociedade “coesa” deve estar apta a acomodar oposições – desde que estas se pautem pelo respeito ao estabelecido, descartando os grandes debates daquilo que Antônio Gramsci chamou de grande política (GRAMSCI, [1932] 2014). Assim sendo,

⁹ Em tradução livre, o conceito de coesão social é definido como a capacidade de uma sociedade assegurar bem-estar a todos os seus membros, minimizando e evitando polarização. Uma sociedade coesa é uma comunidade de ajuda mútua de indivíduos livres perseguindo interesses comuns por meios democráticos.

mesmo os conflitos são mecanismos de integração, na medida em que, ao discutirem sobre o que é accidental, reafirmam o essencial.

A coesão social nos tempos modernos não pode ser dissociada da mudança e do conflito social. As sociedades modernas estão em mutação constante, o que implica que elas geram permanentemente processos de desintegração das formas de sociabilidade, abrindo lugar ao mesmo tempo para novos mecanismos de integração nos quais a participação das demandas dos cidadãos desempenham um papel central. (*Idem*, p. 291).

No fragmento acima, há a ideia de que o dissenso pode existir desde que haja igualmente a expectativa de solução das demandas em disputa pelas instituições. No seguimento da argumentação, admite-se que a ideia de coesão social defendida pela União Europeia foi elaborada em um contexto de “transformações da base produtiva” na sociedade europeia, dadas a inserção do continente nos processos de globalização, com seus conhecidos impactos na geração de empregos e distribuição de riquezas, e as mudanças no Estado de bem-estar. Nas palavras de Sörj e Martuccelli, a “coesão social” europeia “supõe uma representação do passado imediato que, de alguma forma, pretende-se preservar” (*idem. ibidem*). A absorção daqueles conflitos, potencializados por abalos nas estruturas econômica e social aparece assim como de suma importância nos marcos de uma iniciativa essencialmente conservadora, claramente dedicada a manter o estabelecido, inclusive evitando-se “polarizações” que possam esgarçar demasiadamente o “tecido social”.

A inserção dessa noção de *coesão social* no horizonte de expectativas europeu foi de tal ordem que logo se estabeleceram parâmetros para dimensionar o avanço naquela direção. Surgiam em 2001 os indicadores de Laeken, que, ao apurarem índices de emprego, renda e acesso a serviços públicos, pretendiam qualificar o grau de “coesão” dos diversos Estados do continente. Para Sorj e Martuccelli, assim, o conceito “ganhou um caráter operacional e, portanto, pode se transformar em objeto de políticas públicas, que têm como meta incidir sobre esses indicadores” (*idem*, p. 288).

Concordo em termos gerais com essa observação. Acrescentaria, no entanto, que a operacionalização do conceito de coesão social faz com que uma interpretação da realidade europeia passe a ser vista como o horizonte de interesses coletivos dos

participantes daquela sociedade – e, supondo o intercâmbio de formas políticas pelo mundo, também de outras. Disso parecem discordar os autores do documento analisado, haja vista que consideram que “a coesão social **não** se propõe a ser um marco interpretativo da realidade, no sentido de mobilizar uma teoria e um marco analítico da dinâmica social” (*idem*, p. 288, grifo meu). Em sua visão, tratar-se-ia, por conseguinte, de “uma referência normativa associada a critérios operacionais em torno de indicadores (emprego, saúde etc.) que são selecionados pelo debate público, pelos políticos e pelos tecnocratas”. Poder-se-ia replicar que, dada as condições do “debate público” – no qual a participação é frequentemente restrita e ideologicamente comprometida –, a universalização de pressupostos, como os contidos na noção de coesão social, inevitavelmente impõe um marco interpretativo da realidade que supõe uma teoria social ou uma tradição teórica dessa natureza, especialmente quando se convertem em balizas de ação governamental – processo então em curso, como admitem os autores do texto.

É esse projeto que Sorj e Martuccelli importam para analisar a realidade latino-americana, projetando ao mesmo tempo um futuro para a região. Dessa maneira, para justificar a adoção desse conceito normativo, argumentam que tal interpretação sobre a América Latina tenderia a colocar no centro do debate suas dinâmicas sociais e culturais, tão negligenciadas por “décadas de hegemonia de um pensamento orientado por temas econômicos” (*Idem*, p. 289). Em que pese a aceitação desse objetivo, isso não significaria, para os autores do documento, “transportar mecanicamente” o “instrumental operacional”, tampouco as expectativas e os diagnósticos adequados à realidade europeia. Ao contrário, dever-se-ia atentar às diferenças da realidade latino-americana, o que “exige um esforço de tradução tanto analítico quanto político do conceito de coesão social para nossa região” (*idem*, p. 288), inclusive abrindo espaço para a criação de indicadores de coesão originais.

Assim, a aposta é na possibilidade de se traduzir e recriar essas orientações mais gerais do que seja *coesão social* para uma rubrica latino-americana. Em outras palavras, trata-se de analisar a realidade da região por meio de diálogos interdisciplinares (fala-se em debates e seminários entre sociólogos, economistas, historiadores e cientistas

políticos), a fim de se diagnosticar “problemas” próprios da América Latina, que certamente não seriam os mesmos que balizaram o desenvolvimento de indicadores como os de Laeken, mas tampouco os negariam. Sobre as contribuições da produção europeia acerca da coesão social, por conseguinte, acrescentar-se-ia a originalidade latino-americana, trazendo à luz indicadores próprios para fundamentar a ação estatal “adequada”. A orientação dos intelectuais em estudo é portanto a construção de um modelo de coesão social que fosse próprio da América Latina, ainda que seguindo “parâmetros similares aos elaborados pela União Europeia” (idem, 289). Dessa forma,

o tema da coesão social pode ser visto como uma oportunidade para introduzir no debate público uma visão renovada dos rumos de nossas sociedades e novas abordagens sobre a elaboração das políticas públicas e a consolidação de nossas democracias. (*Idem, ibidem*).

Se cotejarmos a aceitação desses “parâmetros” aos estudos da “realidade latino-americana”, perceberemos que tal “tradução” aceita alguns cânones interpretativos, como, por exemplo, a ideia de que o crescimento do produto é sinônimo de melhoria geral da qualidade de vida, ou mesmo um indicador relevante desse processo – proposição que não está isenta de carga ideológica, como parecem entender Martuccelli e Sörj. Assim sendo, o estudo da especificidade de um modelo de coesão social latino-americano não parte do nada – e nem poderia -, mas sim de um conjunto de valores consagrados como indicadores de uma ideia específica de “desenvolvimento social”. O lado obscuro da iniciativa é esconder essas seleções *a priori*, que na prática significam a introdução indiscutidas de premissas sobre modos de vida “adequados” feitas de “cima” para “baixo”. Por trás da proposta de “diálogo” e “construção coletiva”, por conseguinte, há dogmas que pautam as discussões como cláusulas pétreas, invioláveis porque inalcançáveis por qualquer debate.

O endurecimento da discussão aparece com clareza quando do estabelecimento do que seria o “objetivo” a presidir a idiosincrasia da concepção de coesão social na América Latina – sem o qual os autores corretamente não veem sentido na discussão. Assim, o horizonte almejado é significativamente qualificado como o de uma *coesão social na democracia*. Se a coesão social significa, em outras palavras, a manutenção do

estabelecido, o meio para se alcançar tal meta, entre nós, passaria pela *consolidação democrática*. Restaria, claro está, perguntar aos partícipes da iniciativa o que eles consideram democracia, já que esse conceito é polissêmico. De toda forma, ainda que nesse espaço não se possa detalhar esse *ideal democrático*, podemos considerar que o regime pretendido passará necessariamente pela manutenção e naturalização da ordem, dado que se vincula a um projeto de *coesão social*.

Evidencia-se, assim, a preocupação com o redesenho das instituições sociais, haja vista que estas devem ser pensadas a partir daquele objetivo. Igualmente, também há esboçada a preocupação com a formação das disposições políticas dos cidadãos. Dito de outra forma, espera-se que suas expectativas sejam pautadas nos limites do estabelecido, de modo que as instituições possam absorvê-las, resolvendo assim os conflitos que delas derivam.

Na América Latina, a análise da coesão social deve, portanto, incluir a compreensão dos processos de mudança e conflito social, assim como seus mecanismos de expressão e resolução. A análise da coesão social com democracia tem como foco central as transformações sociais em curso e os desafios que elas dirigem às instituições democráticas. Isso implica expandir o horizonte analítico e o normativo da coesão social para além das (mas sem dúvida incluindo) políticas públicas, em direção ao funcionamento dos sistemas políticos e culturais. (*Idem*, p. 291-292).

Sendo assim, a tipicidade latino-americana seria a inclusão da preocupação com os “sistemas políticos e culturais” na agenda de uma democracia com coesão social. Tendo em vista os objetivos do projeto acima mencionados, essa seria certamente uma forma de contenção dos processos disruptivos ainda no seu leito de nascimento. Isso, porém, não é tudo. Não se trata aqui apenas das expectativas revolucionárias e insurrecionais que eventualmente possam se formar diante de condições materiais particularmente difíceis, mas também das consequências advindas dos processos de “transformação social” em curso.

Essas mudanças no continente seriam identificadas por “análises sobre coesão social nas sociedades contemporâneas” que enfatizam “as mudanças que estão dando lugar a um mundo fragmentado e de individualização autocentrada” (*Idem*, p. 14). Esse processo estaria se associando à

perda de sentido de pertencimento à comunidade nacional e à falta de sensibilidade para o bem comum, à erosão das referências tradicionais, à expansão dos sistemas de informação e ao desejo de acesso a uma gama cada vez maior de bens de consumo (*Idem, ibidem*).

Assim, a maior individualização implicaria “aumento de autonomia e iniciativa individual”, desdobrando-se também em processos fragmentadores e diluidores do tecido social. Assim, essa “opacidade geradora de angústia”, seria, ao mesmo tempo, um motor de desenvolvimento desejado e uma ameaça à sociedade. (*Idem, p. 16*)

Aqui se encontra talvez o núcleo central do drama das sociedades latino-americanas contemporâneas: na medida em que o social, cada vez mais penetrado pelo mercado, não se sustenta mais nos laços sociais de dependência, favoritismo, paternalismo e hierarquia, o Estado deve assumir o papel de fiador do pacto social entre cidadãos livres e iguais, através da imposição da lei e da proteção social. Mas a resposta do Estado a essa nova realidade social se realizou em geral muito mal na maioria dos países do continente. Não só a transformação social foi mais rápida e profunda do que a do Estado, mas também, em muitos países, inclusive as instituições públicas e o sistema político parecem ser o principal refúgio da tradição clientelística e nepotista (*Idem, p. 17*).

No fragmento acima, esclarece-se o que há de ameaçador nesse processo de “perda das referências”: a possibilidade de captura desses *indivíduos* por formas associativas pretensamente novas, mas vistas como portadoras das tradições clientelísticas e nepotistas “tipicamente” latino-americanas. Em outras palavras, o *processo de transformações* poderia ser barrado por uma reinvenção de sistemas políticos tradicionais, impedindo o aprofundamento democrático, a reforma das instituições e a criação de um novo padrão de coesão social. A batalha a se travar, portanto, seria sobretudo contra essa “tradição latino-americana”.

Diante dessa individualização em curso, a sociabilidade patrimonialista enraizada no Estado possui ainda uma enorme força, o que coloca em risco a credibilidade das instituições democráticas, pois por um lado gera apatia, frustração e repúdio pela política, e, por outro, fortalece em certos setores a visão de que o Estado é um grande cofre, e que a única coisa que se deve esperar é a chegada de algum líder com discurso de Robin Hood que proponha dividir uma parte da pilhagem com os pobres. Em todo o caso, o reverso dessa incapacidade do Estado de regular as relações sociais se expressa (...) na expansão de um enorme espaço de atividades econômicas não legais que favorecem uma cultura de *state failure*. E essas estratégias orientadas para a ilegalidade ou para a apatia diante da política têm efeitos corrosivos igualmente importantes sobre a democracia (*Idem, ibidem*).

Eis as alternativas em confronto: desintegração social, recuo patrimonialista ou aprofundamento democrático. Essa encruzilhada histórica instaria os esforços coletivos daqueles que são preocupados em “promover” a democracia no continente, a fim de que as ‘transformações sociais em curso’ dessem forma a novas instituições e sistemas políticos – marcados pela *gestão participativa e democrática*. A *coesão social na democracia*, assim, é o recurso para se garantir a “ação individual”, participativa e até crítica – desde que nos limites da ordem.

Igualmente, o apelo à união dos esforços nesse sentido vem de encontro às necessidades de “redesenho” das instituições. Acima, esboçamos que a historicidade institucional é uma variável importante na formação dos Estados e regimes políticos. Nesse sentido, o movimento de “reforma” carrega em si um pressuposto: a necessidade de se extirpar as tendências tradicionais latino-americanas do inventário de recursos políticos. Ao que me parece, portanto, temos aí um exemplo claro de como a luta por uma sociedade “coesa” pode ensejar transformações na estrutura política a serem operadas por setores sociais organizados – não só pelo que se quer construir, mas também destruir.

À guisa de conclusão: uma nova gestão dos bens simbólicos e por que isso interessa aos empresários

Os formuladores da noção de *coesão social na democracia* latino-americana parecem ter em mente um modelo bastante específico de regime político a ser evitado. Tanto é que, mais à frente no documento, argumentam sobre a importância de se extirpar *modelos políticos antidemocráticos* do inventário de alternativas políticas. A atenção fundamental, portanto, recai sobre os elementos políticos e culturais que permitem a “instrumentalização” da pobreza na região por “agentes antidemocráticos”. Assim, atentar aos *modelos políticos* formulados na América Latina é fundamental para

compreender a realidade política do continente, pois se as condições socioeconômicas estruturais podem conduzir ao surgimento de tendências antidemocráticas, elas só se realizam através da presença de modelos políticos concretos, que são promovidos por atores precisos. Não podemos assim esquecer que, embora a pobreza e a desigualdade social sejam políticas, o que destrói as democracias em última instância são os movimentos, as ideologias

e os líderes políticos antidemocráticos – que mobilizam e polarizam a imaginação e o debate político. (*Idem*, p. 293).

Aqui cabe ressaltar que, para a audiência da Plataforma Democrática, seus intelectuais e financiadores, não resta qualquer dúvida dos “movimentos, ideologias e políticos” qualificáveis como “antidemocráticos”. Uma breve mirada sobre a produção divulgada pela iniciativa mostra a preocupação em atacar os governos de Bolívia, Equador e Venezuela, por vezes caracterizados como *populistas*, *neopopulistas*, *totalitários*, *autoritários*, *socialistas*, dentre outros epítetos que, se observada a composição do campo semântico, certamente têm muito a dizer (*Idem*, p. 231). No caso venezuelano, é o fenômeno do *chavismo* que mais desperta interesse. Não tanto como “modelo a ser exportado para outros países da América do Sul”, “ameaça” descartada por Sörj e Martuccelli, por entenderem que o único Estado capaz de servir de guia para o subcontinente seja o Brasil, mas por identificarem nos adventos da “revolução bolivariana” e no “socialismo do século XXI” indícios de falhas na geração da “coesão social na democracia” presentes em toda a região. Assim, enquanto persistirem essas “brechas”, a “coesão social efetiva e sustentável” seria mais difícil de ser alcançável (*idem*, *ibidem*).

Mas, enfim, quais seriam as tais “brechas”? A “crise de representação” partidária, que dilata a distância entre representantes e representados, facilitando a emergência de *saídas não-institucionais*; a “crise das alturas”, isto é, das lideranças políticas tradicionais, que enfraquecem o bloco dirigente; e as falhas das democracias na América Latina, que não permitiram a inclusão “econômica e simbólica” dos mais pobres, tornando possível o avanço de “retóricas autoritárias” presentes no sistema cultural latino-americano (*Idem*, p. 235-242). Respondendo a essa situação de crise democrática, o *populismo* permitiria a criação de “uma unidade em torno de um pólo, ‘o povo’, que fala com uma só voz, a do ‘líder’, ao mesmo tempo que se situa em uma relação de forte e irreconciliável antagonismo com o restante das expressões políticas, o pólo do ‘antipovo’”. (*Idem*, p. 235).

Na contraface do que é considerado como *falha*, temos detalhes do que seria uma *democracia coesa*. Além de representantes mais *próximos* dos representados, evidenciase a necessidade de maior articulação “nas alturas”. Ambas as propostas são abarcadas

no âmbito de atuação da Plataforma Democrática, que tanto organiza os dominantes e dirigentes quanto os educa para maior “diálogo” com a “sociedade”¹⁰.

Entendemos que essas propostas buscam atender demandas empresariais já aqui expostas, notadamente a questão da estabilidade e previsibilidade políticas. Isso porque, ao supostamente negarem a institucionalidade, os regimes “autoritários” tornariam a relação com o mundo empresarial dependente de princípios “ideológicos”, como argumenta Carlos Mesa, ex-presidente da Bolívia entre 2003 e 2005, naquele evento dedicado a debater a “liderança” do Brasil na América Latina, acima mencionado. Com efeito, a discussão gira em torno da necessidade de se desenvolverem políticas estatais em substituição às políticas governamentais, isto é, de se garantir maior perenidade e previsibilidade na ação pública. Dessa maneira, ao analisar mais detalhadamente o caso boliviano, Mesa critica a política voluntarista dos governos da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), entendida como *ilógica*, porque pautada em outros princípios que não aqueles tidos como “econômicos”.

Os bolivianos vivem em um mundo exótico. Em que lógica empresarial vivemos? Em que mundo vivem os países da Alba? Há alguma possibilidade de discutir desde a perspectiva ideológica da Alba este cenário que vocês debateram? Isso me produz um grande assombro. Seria desejável que esse debate sobre mercado, impostos, integração via liberalização fizesse parte de nossas reflexões. Mas nossa reflexão nega os tratados de livre-comércio. Entendemos processos de integração baseados nos povos que se integram, e, portanto, temos uma extraordinária relação com Antígua e Barbuda... não sei se Antígua e Barbuda fazem parte da Alba, se não são parte da Alba, São Cristóvão e Neves certamente fazem parte. Imaginem vocês a relação extraordinariamente importante entre Bolívia e São Cristóvão e Neves, ou a que temos com Nicarágua, com Cuba. O intercâmbio econômico que temos com esses países é praticamente zero¹¹.

¹⁰ FHC insistiu, durante a elaboração das contrarreformas do governo Temer, na importância de se “contar à sociedade” o que se pretende, a fim de se “construir consenso”. O conselho aparece com frequência em suas preleções nos eventos da Plataforma Democrática. Ver mais em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/10/09/internas_polbraeco.552476/entrevista-exclusiva-com-fhc.shtml (acessado em 15 de julho de 2017, às 19:07).

¹¹ Vídeo da fala de Carlos Mesa disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=81fhQuvCkHQ&list=PL96A06A14773DF840> (acessado em 18 de julho de 2017, às 12:55).

O tom debochado do ex-presidente evidencia a importância primária concedida à lógica capitalista na política externa de uma *democracia coesa*. Não deve haver espaço para outros tipos de integração que não a “empresarial”. Na mesma fala, fica claro ainda o antagonismo existente entre a política interna dos países da Alba e a *lógica empresarial adequada*, tida como “exótica” naqueles Estados.

Fica evidente, assim, que a defesa dos *valores democráticos* recobre o combate a alternativas políticas potencialmente antissistêmicas. E o meio de se conter no nascedouro qualquer *movimento, ideologia e modelo político* desviante é o avanço sobre os meios de reprodução da assim chamada *retórica autoritária* – outro atributo dos governos antidemocráticos, apresentados mais atrás. O emissor de tal discurso ser um político suspeito de envolvimento em um golpe de Estado contra o Movimento ao Socialismo (MAS), em 2019, não chega a surpreender, ao contrário, demonstra o pragmatismo dessa visão de democracia.

Chega-se, aqui, à proposta mais destacada da Plataforma Democrática para assegurar a *coesão social*: uma nova gestão dos “mecanismos de mobilização simbólica e política”.

Entendemos que não se enfrenta a coesão social somente com propostas de políticas públicas mais adequadas ou eficazes – sem dúvidas centrais, e que não deixamos de mencionar neste trabalho -, mas supõe também questionarmos sobre os mecanismos de mobilização simbólica e política dos cidadãos, que são uma das condições de possibilidade (ou impossibilidade) das políticas públicas e reformas do Estado (Idem, p. 293-294).

Quaisquer que sejam os *mecanismos*, eles devem ser expurgados de *tendências antidemocráticas* – como são consideradas aquelas que estão no lado oposto do ponto no espectro político ocupado por Mesa e seus homólogos, reunidos na Plataforma. Entendemos, pois, que o projeto de coesão social na democracia abre espaço para “reformas” educacionais, universitárias, midiáticas, enfim, de todos os meios de produção cultural capazes de eventualmente influenciar na formação de interpretações da realidade – ainda que isso não esgote seu inventário de manobras políticas para a tomada do poder na região. Sabemos que, nos últimos tempos, têm crescido a atuação mais propriamente empresarial na “gestão” desses serviços (FONTES, 2010), o que tende a bloquear o

crescimento de impulsos disruptivos nesses “mecanismos”. Há, portanto, a crença que uma “tradição paternalista” na “cultura” latino-americana pode ser “modernizada” por meio da criação de “modelos políticos democráticos” (SÖRJ e MARTUCCELLI, 2005), cujo vértice principal seria uma nova forma de gestão pública.

Jaz acima, portanto, uma das diretrizes da atuação política da Plataforma Democrática e suas instituições promotoras. São propostas como essa que circulam pelos nós de atuação da Plataforma Democrática. Neles, reproduzem-se interpretações da realidade, ideologicamente comprometidas, que tendem a oferecer aos empresários a estabilidade política já supracitada. Estabilidade esta só alcançável por um regime de *normalidade democrática* pautado pelos interesses do capital que seja capaz, ainda, de se reproduzir estavelmente.

A relação do projeto com aqueles que o patrocinam pode ser aqui vislumbrada. Não seria a tentativa de manutenção da ordem uma forma de se garantir as necessidades dos negócios? Com efeito, parece-nos particularmente claro que o apelo à noção de “coesão social” casa perfeitamente com o cacoete conservador das classes dominantes latino-americanas. Se recuperarmos a reflexão que abriu este artigo, teríamos que essa *democracia coesa* seria um produto por meio do qual o consórcio dos dominantes na América Latina – que obviamente não conta apenas com latino-americanos, mas também com a burguesia imperialista – asseguraria sua posição e o estabelecido no continente. Não surpreende, portanto, o projeto contar com o apoio, inclusive financeiro, esboçado mais acima. É, ao contrário, lógico que os interesses materiais dos patrocinadores sejam defendidos no bojo da construção de um modelo de democracia para a América Latina. Trata-se, pois, de tentar assegurar um solo social fértil para a reprodução ampliada do capitalismo latino-americano.

Referências bibliográficas

CODATO, A. Poulantzas, o Estado e a Revolução. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, n. 27, 2008, p. 65-85.

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL, *Ranking das Transnacionais Brasileiras*, 2010.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. *Cadernos do cárcere*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; DA SILVA, Márcio Antônio Both (orgs.). *Ditaduras e democracias*. Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 71-86.

MINELLA, Ary César. Construindo a hegemonia na América Latina. Democracia e livre mercado, associações empresariais e sistema financeiro. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) *Hegemonia às avessas*. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 257-258.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SCOTT, James. WALTERS, Kelly. Supporting de Wave. Western political foundations and the promotion of a global democratic society. *Global Society*. V. 14, n., 2000, p. 243-244.

SÖRJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. *O desafio latino-americano*. Coesão social e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SPOSITO, Eliseu; SANTOS, Leandro. *O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.